

Jogos de gênero nas memórias de militantes pela anistia

Ana Rita Fonteles Duarte*

Resumo: O artigo discute a utilização de jogos de gênero por militantes do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), no Ceará, como forma de ação política, analisando narrativas orais produzidas por elas no tempo presente. Há uma tendência, hoje, entre as militantes, de negarem essa utilização consciente em alguns momentos de suas narrativas, embora, paradoxalmente, relatem a utilização diversa de estereótipos femininos nas suas formas de intervenção na cena política. Compreender o significado dessas negativas a partir do contexto histórico em que se constroem suas falas também é objetivo desse artigo.

Palavras-chave: mulheres, gênero, anistia

O Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) foi criado em 1975, no Brasil, com o objetivo de libertar presos políticos e lutar pela volta de exilados, banidos, perseguidos pelo regime militar implantado no Brasil em 1964. Reuniu centenas de mulheres, ligadas ou não por vínculos familiares a essas pessoas, que se articularam em núcleos em praticamente todos os Estados do País. Em sua trajetória de atuação, a utilização do gênero como estratégia de intervenção política se fez presente em diversos momentos.

No Ceará, terceiro estado a aderir ao Movimento e que possuiu dois núcleos de atuação, entre 1976 e 1979, não foi diferente. Os núcleos eram formados por esposas, mães, irmãs, mas também integrantes de movimentos políticos e ainda aquelas atraídas pela solidariedade aos perseguidos, o que as faz, ainda hoje, identificarem-se de forma conflituosa como “familiares” ou “politizadas”. Essa composição diversificada do grupo teve repercussões sobre as formas de utilização do gênero na ação do MFPA e provocou as divergências e disputas na forma de encarar esse uso. Estas divergências estão presentes em memórias de militantes do MFPA entrevistadas para essa pesquisa. Compreender o sentido dessas divergências pode ajudar a desconstruir estereótipos

Abstract: The article discusses the use of games genre by militants of the Movement for Women Amnesty (MFPA) in Ceará, as a form of political action by analyzing oral narratives produced by them in the present. There is a tendency, today, among the militants in refusing the use made aware of how in some moments of his narrative, although, paradoxically, reported spontaneously use different stereotypes of women in their forms of intervention in the political arena. Understanding the meaning of these negative from the historical context in which they construct their discourse is also purpose of this article.

Key words: women, gender, amnesty

sobre movimentos políticos conduzidos por mulheres, quase sempre tratados de forma homogênea e pouco aprofundada. Antes de examinar os usos do gênero e suas divergências, porém, é necessário entender as razões que levam mulheres a construir esse tipo de mobilização em momentos de tensão política.

Mulheres na dianteira

As guerras e as ditaduras impõem agressões às esferas pública e privada, com sanções econômicas e sociais, sobretudo com ameaças à célula familiar. Há separação de homens e mulheres, pais e filhos, civis são colocados na linha de tiro, transformados em inimigos da nação. As mulheres, pouco presentes no espaço político, fazem a interface entre o privado e o público, em contato direto com o agressor. Saem da defesa exclusiva do lar e passam a liderar movimentos de defesa coletiva, o que demanda ação política maior: a metamorfose de uma reivindicação arcaica em movimento de protesto moderno. Individualmente, essa metamorfose é sentida pela mutação identitária.

As mulheres utilizam, consciente ou inconscientemente, representações tradicionais de ideologia centrada na família que caracteriza os

*Doutora em História da Cultura pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), onde foi orientada pela Prof. Dra. Joana Maria Pedro. Esse artigo traz reflexões realizadas na tese *Memórias em Disputa e Jogos de Gênero: o Movimento Feminino pela Anistia no Ceará (1976-1979)*, financiada com bolsa do CNPq. E-mail para contato: anaritafonteles@uol.com.br.

regimes reacionários no Ocidente, do século XX, com objetivo de interferir na dinâmica ditatorial. Jogam o que Capdevila¹ chama de jogos de gênero, compreendendo o gênero como máscara, parte da *mis-en-scene* (jogo de cena). Como em jogo de xadrez, os atores políticos tentam intervir no espaço público, utilizando, como instrumento de intervenção e visibilidade política, o “eterno feminino” e o “eterno masculino”. Como atrizes, as mulheres instrumentalizam o gênero² a seu favor, uma vez que os homens enfrentam situação de vulnerabilidade maior diante da repressão.

O Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA), não restam dúvidas, utilizou-se largamente desse expediente, em sua atuação pública. Entre seus objetivos estavam: a garantia de segurança, em cenário de autoritarismo e perseguição; aquisição de maior mobilidade de ação; atração de mais simpatizantes e não somente daqueles com interesses familiares na luta pela anistia. Assim, o Movimento, que se contrapôs à ditadura, fez isso com elementos do imaginário feminino aprovado e disseminado pelo regime militar: a mulher como defensora do lar e da família, interessada maior na “pacificação da família brasileira”, que age por amor, contrária a conflitos e rupturas. O registro do Movimento em cartório, a restrição à participação de homens, a negação de qualquer vínculo político-partidário são elementos do jogo.

Estratégias de visibilidade pública são marcadas por estereótipos identificados com o feminino, como a fala emocionada e o apelo, como revelado pela ex-presidenta nacional do Movimento: “As mulheres usam bastante a emoção para conseguirem convencer maridos e filhos do que querem. A gente usa as armas que tem”³.

Fazem parte ainda desse repertório, a instituição do calendário de atividades, com datas tradicionais, dia das mães e o natal, busca do apoio da Igreja, além da apropriação de simbologias militares na constituição do que se pode chamar de “provocações seguras”. É o caso da escolha da heroína baiana Maria Quitéria para

nomear o jornal do Movimento e homenagens articuladas, em cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e Londrina, à memória de Duque de Caxias, militar que mais anistias teria concedido na história brasileira. Nessas ocasiões, as mulheres depositavam flores sobre os monumentos⁴.

As estratégias abarcam toda a esfera de atuação do Movimento nacionalmente, com fiscalização e intervenção no cotidiano dos núcleos, o que era aceito em menor ou maior escala, passível de interpretações e reinterpretações, a depender do momento e dos objetivos.

É importante frisar que narrativas sobre a consciência na utilização dos jogos de gênero, o detalhamento do caráter estratégico das ações, a concordância ou não das entrevistadas, fazem-se hoje, marcadas por vivências posteriores. Isso não quer dizer que as narrativas, hoje, distorçam os fatos históricos, passíveis de leitura em outras fontes, mas que estas também devem ser analisadas.

As memórias carregam, como afirma Samuel⁵, a marca das experiências e das paixões dominantes em seu tempo e são inerentemente revisionistas e camaleônicas. A entrevista oral, nesta pesquisa, é resíduo de ação específica⁶: interpretar o passado. Nesse sentido, é documento de ações de constituição da memória, influenciada por escolhas que o entrevistado e o entrevistador fazem, ao desencadear a construção do passado, de uma forma e não de outra. Assim, torna-se importante tratar as experiências narradas sem essencializá-las, mas dando-lhes historicidade, como preconiza Scott⁷, analisando as complexas operações discursivas pelas quais identidades são atribuídas, resistidas ou abraçadas, tornando visíveis posições de sujeito no momento da narrativa.

“Estratégia” inteligente x coisa de mulher

É comum, na maior parte das entrevistas, a importância atribuída pelas ex-militantes do MFPA, no Ceará, à configuração do Movimento

¹CAPDEVILA, Luc. *Résistance civile et jeux de genre*. Annales de Bretagne et des Pays de L'ouest, Rennes: Presses Universitaires de Rennes, tome 108, número 2, 2001.

²O gênero é compreendido como construção cultural que estabelece a diferença entre os sexos, codificando e distribuindo o poder entre homens e mulheres com atribuições específicas destes. As relações de gênero são, ainda, elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças hierárquicas que distinguem os sexos e, são, portanto, uma forma primária das relações significantes de poder. SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*, trad. Christine Rufino Dabat, Recife, 1991, (mimeo).

³ZERBINI, Therezinha Godoy de, 80 anos. Depoimento, agosto de 2006, São Paulo. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

⁴Maria Quitéria, 1975, p.4.

⁵SAMUEL, Raphael. Teatros de memória. *Projeto História*, São Paulo, n.14, fevereiro de 1997, p.41-80.

⁶ALBERTI, Verena. *Ouvir contar* – textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 52.

⁷SCOTT, Joan. Experiência. In: SILVA, Alcione Leite da; LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina de Oliveira (orgs). *Falas de gênero*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999, p.27.

nacionalmente. O fato dele congregar, oficialmente, somente mulheres, agir publicamente dentro da lei, é visto como “estratégia” inteligente e conveniente para o momento político e como ação que agilizou a conquista da anistia e da abertura política. Mesmo entre os que discordavam de posturas da presidenta nacional, Therezinha Zerbini, a avaliação está presente, apontada como iniciativa de quem “conhecia bem” como pensavam os militares e tinha “intimidade” com as leis.

A estrutura veio em nível nacional. Nosso estatuto era baseado no Movimento Feminino pela Anistia nacional. Esse legado tem de ser dado a Therezinha Zerbini. (...) Nós tínhamos um estatuto, ele estava agregado ao estatuto nacional, muito bem organizado, muito bem estruturado, até para que a repressão... Porque a Therezinha Zerbini é advogada. Então, ela fez de um jeito que a repressão... Nós tínhamos legitimidade, está entendendo? O estatuto dava legitimidade. E como tinha essa questão das mulheres, tinha um campo maior. É tanto que o CBA só veio depois, né? No Movimento, em São Paulo, eu tive várias reuniões, só tinha mulheres. (Raimunda Zélia)⁸

No entanto, ao mesmo tempo em que há reconhecimento nacional, não há a mesma facilidade de admitir os jogos de gênero pelas militantes. A disputa entre memórias, pela fala sobre a ação política, observa-se, no que concerne às identidades de gênero mobilizadas para a atuação no MFPA. Entre mulheres que se dizem mais politizadas, estratégias em que estereótipos femininos são tomados para agir politicamente parecem extemporâneos, “ingênuos” e limitados do ponto de vista político.

Os jogos, nessa perspectiva, são necessários, na medida em que dão cobertura às ações “realmente” políticas, desencadeadas pelo grupo. Mas mesmo reconhecendo a “necessidade”, para integrantes não-familiares não parecia fácil assumir determinadas posições naquele momento. A discordância é manifestada, em diferentes níveis, não só pela restrição de objetivos defendida por familiares, mas pelas condutas que possibilitavam atividades, como apelo emocionado a autoridades. Memória e reconhecimento

do Movimento, na época e ainda hoje, são prejudicados pela utilização do gênero como instrumento de atuação na avaliação de ex-militantes:

Era quase uma bandeira, no sentido de ser entendido como uma forma da gente se esconder, uma coisa de mulher no sentido mais pejorativo. Coisa de mulher, entende? Isso também me irritava: “Participando do movimento feminino?” (ironiza). (...) Eu acho que sim (sobre haver discriminação ao Movimento por esse fato). No sentido de que era coisa de mulher, da família dos pobrezinhos. É como se perdesse um pouco do seu impacto político por isso. Claro que ali era o que era possível ser feito, era estratégia. Também acho que historicamente era o que se conseguia fazer, as mulheres é que ficavam em casa, os homens eram presos. Isso também me irritava. A gente repetia as mulheres de Atenas, só que elas ficavam em casa e a gente se organizava. Para mim isso também pesava. (Marília Brandão)⁹

A utilização “acrítica” dos jogos de gênero é atribuída às familiares em narrativas sobre o cotidiano do MFPA. A “estreiteza” de posicionamentos é contestada pelas narrativas de memórias em que um elemento adquire importância crucial para justificar suas ações: a consciência sobre a utilização de valores e imagens do “eterno feminino”.

As familiares, na maioria, diferenciam suas ações das de militantes “mais politizadas”, valorizando atuações como “mais conseqüentes” e “desinteressadas”, movidas pelo “afeto”. Admitem que ter parente próximo, preso ou perseguido, é motivação maior para ingresso no Movimento, assumindo imagem feminina tradicional. Mas, ao longo das narrativas, procuram dar mostras de plena consciência do que estavam fazendo, e de que agir invocando sentimentos e valores ligados à maternidade, fragilidade, cuidado “natural” com a família, foi a melhor opção para “driblar” os agentes do regime e avançar na luta, sem comprometer ainda mais a segurança de parentes e delas mesmas. As ações “dramatizadas” são valorizadas como iniciativas políticas legítimas diante do quadro de forças instalado no cenário nacional. Os termos utilizados pelas

⁸CARVALHO, Raimunda Zélia Roberto de, 61 anos. Depoimento, agosto de 2004, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora. Grifos meus.

⁹BRANDÃO, Marília Lopes, 58 anos. Depoimento, janeiro de 2008, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

narradoras reforçam esse caráter:

A gente precisava libertar os meninos e precisava fazer um movimento que confundisse a direita. A gente tinha que confundir a direita, dar um nó na cabeça da direita. (...) Era confundir assim: éramos mulheres que queriam tirar os presos da cadeia, mas que a gente queria isso nas nossas vidas, era tirar nossos filhos e nossos maridinhos da cadeia. Nós éramos mulheres que dependíamos deles. E isso confundia. Mas a nossa visão era outra. Isso confundia. Quem é que ia fazer alguma coisa contra um movimento de mulheres? (Neidja Albuquerque)¹⁰

A gente usava essa intuição feminina. Nós sabemos que é muito forte na mulher a maternidade, o bem pelo pai, pelo irmão, pelo filho. Então nós utilizávamos, mas usávamos também, pelo menos eu sentia assim, todas as nossas forças positivas. Então, eu não acho negativo (usar isso) para arrancá-lo de uma penitenciária. Aquela luta que a dona Lourdes fez com os filhos dela, para mim aquilo é um ato de coragem que só uma mãe é capaz de fazer. E a mãe é para ser assim mesmo. Acho que a mãe, no sentido profundo da palavra, é isso aí, é apelar para essas razões humanas que são fortíssimas. A razão da maternidade, assim como a gente apelava para os pais também. Mais a gente apelava mais para as mulheres, porque nós sabemos também a importância que a mulher tem na família, que ela é realmente como um sol e os outros são os satélites em torno dela. Isso aí é muito forte. Usamos mesmo isso aí, fizemos muito. Mas eu acho correto, viu? Não acho errado não. (Nildes Alencar)¹¹

A visão dos jogos, como possível de serem considerados erros, no depoimento, talvez explique manifestações diferenciadas, com significado semelhante, no mesmo grupo. Em entrevistas de ex-militantes familiares, a questão é ambígua. Narrativas espontâneas recuperam, claramente, momentos em que as identidades de gênero são utilizadas como proteção ou imposição de demandas de parentes

presos: levar filhos de colo às visitas a maridos sabidamente torturados como forma de acesso ao preso, promover aniversários e festas de confraternização natalina, o que atrai visitantes e jornalistas. Mas, quando objetivamente questionadas sobre as estratégias, tendem a negar sua utilização, atribuindo-lhes carga pejorativa:

Posso até ter feito, mas não conscientemente. Porque quando a gente ia buscar as coisas, a gente ia em nome do Movimento mesmo. A gente não se botava na posição de coitadinha não. Porque isso acaba sendo uma posição de coitadinha, não é? Tem até um poema muito bonito sobre as mães dos presos. É belíssimo esse poema. Mas eu não tenho, nunca tive, nunca gostei de ninguém olhar pra mim com essa posição, tu estás entendendo? Porque de fato não é. Inclusive toda vida eu lutei, eu trabalhava. Eu passei a trabalhar mais até depois que ele saiu. Não foi nem quando ele estava lá. Depois em 1980, quando eu arranjei o contrato do Estado, passei a trabalhar os três expedientes. Passei a ter outras responsabilidades que era manter uma casa, porque até então eu morava com a minha família. Eu trabalhava para me manter, pros meus filhos, pra ter alguma coisa para levar para ele, me manter, manter uma família, uma casa. Pagar casa, luz, água, essa coisas todas (...) Então essa posição de sofredora eu nunca gostei de ter. Não é meu estilo não. Porque eu acho que você tem que enfrentar. Lógico, eu não vou dizer que a gente não sofria, não tô negando isso, está entendendo? (Josenilde Cunha)¹²

Conscientemente não se utilizava não. Agora, por exemplo, a gente fazia uma vigília e só queria que fosse mulher. Não podia entrar homem pra poder não dar na vista. A gente se organizava do ponto de vista do alibi, da tática. Era uma tática. Não que as pessoas eram inocentes. Tinha as inocentes. Por exemplo, a mãe do Teodoro, sei lá como era o nome do rapaz que morreu na guerrilha, que era colega da gente, secundarista do Liceu. Ela ia puramente,

¹⁰GÓIS, Neidja Miranda de Albuquerque, 52 anos. Depoimento, junho de 2006, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

¹¹LIMA, Nildes Alencar, 74 anos. Depoimento, novembro de 2006, Fortaleza. Entrevistador: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora. Grifó meu.

¹²CUNHA, Maria Josenilde Costa, 63 anos. Depoimento, janeiro de 2007, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

porque não sabia nem o que estava de medo para aquelas reuniões, mas ela ia porque achava que o filho dela ia voltar, como não voltou até hoje. Ele morreu na guerrilha e ela já morreu também. Eu estou falando assim: as pessoas iam. Certas pessoas. A dona Lourdes Ferreira era esposa do seu Ferreira, a Ana do Cândido. As mulheres fora do Movimento poderiam pensar que aquelas mulheres do Movimento Feminino estavam por uma questão familiar e emocional, simplesmente, e não era. Podia até ser, porque eu não sei o que está na cabeça daquela. (Valda Albuquerque)¹³

As narrativas não devem ser tidas apenas como elementos de medir o uso dos “jogos de gênero” pelas integrantes do Movimento Feminino pela Anistia, ou classificar as militantes de acordo com a ação. É certo que os jogos foram importantes na constituição e atuação, não se restringindo a um ou outro grupo. Atestar maior ou menor grau de consciência de sua utilização é tarefa impossível, pois além de falarmos de um passado que só conhecemos no presente, que não podemos verificar pela observação ou experimentação, estando além de nosso alcance¹⁴, estamos também tratando da memória como construtora de identidade e alteridade.

A memória permite ao indivíduo tomar consciência de si mesmo através dos tempos¹⁵ e, como atividade de reconstrução do passado, lembra Catroga¹⁶, ocorre dentro de linhas ou fronteiras determinadas pelas recordações de outros, sujeita constantemente a processos de renovação do que se adquiriu, especialmente, para o que se propõe analisar, revela como cada um revê o passado para justificar a vida como projeto. Ressalte-se que motivações externas, como história oral, por vezes desencadeiam processo de reordenamento, releitura de vestígios e de reconstrução da identidade¹⁷.

Mais que atestar a fidedignidade de opiniões de ex-militantes, cabe compreensão do significado dos jogos

de gênero serem, hoje, justificados como ação consciente ou rejeitados nas narrativas. A que demandas por identidade e projetos, as memórias atendem hoje?

Elementos podem ser pensados em resposta à questão. O primeiro diz respeito à tentativa individual de mulheres de recuperação do protagonismo na luta pela anistia que a memória coletiva, hoje, não contempla, pois há controle de produção da memória pelos homens, com destaque para narrativas ou imagens dos que combateram diretamente a ditadura, punidos com prisões, torturas, mortes ou exílio.

A memória da anistia é preponderantemente masculina, com ênfase nas ações dos Comitês Brasileiros pela Anistia. As mulheres não estão fora do cenário, mas aparecem como “abre-alas”, pelo MFPA, homenageadas pelos papéis femininos naturalizados em solenidades e atos públicos. Faz-se necessário assumir o controle sobre os atos, em quem se age conscientemente, valorizar “estratégias”, habilidades e poder de negociação, mesmo não tendo vivências ou preocupações políticas anteriores à experiência do MFPA.

O segundo item diz respeito ao caráter do MFPA como acontecimento produtor de gênero¹⁸, no passado e no presente. A experiência singular de mulheres de diferentes origens, idades, classes, graus de instrução e engajamento político, pela conquista da anistia, gera conflitos, negociações, solidariedades, amizades e ressentimentos com repercussões até hoje. Nessas ações colocam-se em disputa, além da ação política, imagens ou idéias sobre “ser mulher”, associadas a como “ser militante”, “ser de esquerda”, “ser de luta”.

As representações mudaram ao longo do tempo, incorporando dados de transformação social que, nas relações de gênero e deslocamentos do feminino, foram importantes, relacionadas ao movimento feminista e desdobramentos, como a crise da família nuclear, ingresso maciço de mulheres no mercado de trabalho, separação entre sexualidade e reprodução e política da visibilidade da homossexualidade¹⁹. Liberdade, independência econômica e a participação social

¹³ ALBUQUERQUE, Maria Valda de, 63 anos. Depoimento, julho de 2006, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

¹⁴ LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. *Projeto História*. PUC. São Paulo: Educ/Fapesp, n° 17, nov. 1998, p. 67.

¹⁵ *Ibidem*, p.75.

¹⁶ CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Coimbra: Editora Quarteto, 2001, p.17-18.

¹⁷ NEVES, Lucília de Almeida. Memória, história e sujeito: substratos da identidade. *História Oral*, n.3, junho de 2000, p.109 a 115 e LOWENTHAL, David. Op. Cit, p. 83.

¹⁸ A categoria gênero utilizada nas análises históricas permite aos pesquisadores focalizar as relações entre homens e mulheres, mas também entre homens e entre mulheres, verificando como em diversos momentos do passado, alguns eventos ou acontecimentos foram produtores de gênero. PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*: São Paulo, v.24, n° 1, p.77-98, 2005.

¹⁹ ARÁN, Mária. Os destinos da diferença sexual na cultura contemporânea. *Revista de Estudos Feministas*. Florianópolis. Vol. 11, n 2, 2003, p.399-421.

valorizam-se na representação da “mulher moderna”, mesmo sem corresponder a mudanças efetivas ou radicais no plano real²⁰. Ser retratada como frágil, manipulada, sem consciência política, dependente do marido, nesse contexto, não é nada interessante para a construção de sua imagem pela memória.

As entrevistas mostram, que, mesmo as mulheres educadas sob valores tradicionais vivenciam mudanças diretamente relacionadas à independência econômica e à maior escolarização, posto que a maioria tem curso universitário e trabalha fora, muitas vezes, responsável pela manutenção das famílias antes e depois da libertação dos parentes.

O temor de posição desfavorável, na disputa pela memória do Movimento, também é um dado a ser considerado na compreensão da rejeição/justificação. Mesmo admitindo que o Movimento facilita estréia na política e contato com linguagens e procedimentos desconhecidos, mediados pela afetividade e interesse pessoal, as familiares não querem ser vistas como militantes menos atuantes que aquelas que se consideram “mais politizadas” e, de alguma forma, ainda presentes na política, têm mais possibilidades de retratar trajetórias e expor suas memórias.

Por outro lado, os movimentos de esquerda, nos quais as militantes do MFPA “mais politizadas” estavam engajadas, na segunda metade da década de 70, tinham visões extremamente estigmatizantes dos movimentos feministas, relacionando-os com idéias importadas, “apanágio de burguesas sexualmente frustradas ou lésbicas raivosas”, como detecta Goldberg²¹. É importante lembrar que, por vezes, o MFPA se relaciona com o movimento feminista, pela criação em 1975, após a conferência da ONU, que lança o Ano Internacional da Mulher, ou por sua ligação com a equipe do jornal Brasil Mulher, pela restrição à participação feminina ou pelo fato de o Estatuto estabelecer como fim:

Promover a elevação cultural, social e cívica da mulher, através de cursos, palestras e atuação no desenvolvimento de sua consciência social e cívica, alertando-a e orientando-a para a compreensão de suas responsabilidades

perante a sociedade e integração da família na ideais democráticos²²

O desvencilhamento do rótulo de feminista e fortalecimento como militantes de esquerda, para ex-integrantes, são necessários, na medida em que a figura do militante ainda é ligada a valores como valentia, virilidade, coragem, firmeza²³, sentimentos que não combinavam com o discurso afetivo de esposas, mães e irmãs pela libertação de parentes.

As tentativas, por seu caráter memorialístico, são feitas pela construção seletiva do passado em que se edifica projeto autobiográfico, marcado pela coerência existencial. Nessa seleção estão esquecimentos, omissões, criações e recriações cheios de significados. Levando em consideração, como Lowenthal²⁴, que a memória transforma o passado vivido naquilo que posteriormente pensamos que ele deveria ter sido, eliminando cenas indesejáveis e privilegiando as desejáveis, é possível analisar, pelas memórias das ex-militantes do MFPA, os significados do que se lembra ou se esquece quando o que está em jogo é o gênero.

Nas memórias, os jogos

Consciente ou inconscientemente utilizados pela ação política do MFPA, os jogos de gênero estão presentes nas memórias das ex-militantes, mesmo quando não se fala diretamente a seu respeito, além de, muitas vezes, aparecerem e serem posteriormente negados ou descaracterizados. É possível identificar episódios recorrentes nas entrevistas em que características cultural e socialmente associadas ao feminino aparecem como determinantes de configurações e escolhas dos caminhos do Movimento. É certo que não se narram da mesma forma, o que remete novamente às disputas internas e aos projetos de vida diferenciados, estabelecidos pela memória.

O evento maior nas entrevistas diz respeito à escolha da presidenta do núcleo cearense. O cargo é definido em estatuto nacional, referendado pelo regimento local, importante pelo poder de condução das ações e da

²⁰FIGUEIRA, Sérvulo (org). *Uma nova família? O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986, p. 6.

²¹GOLDBERG, Anette. *Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante*. 1987. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, p. 100.

²²MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA. Estatutos do Movimento Feminino pela Anistia. 15 de março de 1976. São Paulo. Arquivo Therezinha Zerbini, p. 1.

²³Cf. WOLFF, Cristina Scheib. Jogos de gênero na luta da esquerda armada no Brasil: 1968-1974. In WOLFF, Cristina Scheib, FÁVERI, Marlene de, RAMOS, Tânia Regina Oliveira (orgs). *Leituras em rede – gênero e preconceito*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2007.

²⁴LOWENTHAL, op. cit. p. 98.

perspectiva política. Entre outras funções estabelecidas para o trabalho da presidenta estão: a condução de sessões da diretoria e da assembléia geral, execução de suas resoluções, convocação de assembléia geral, representação do núcleo, “ativa ou passivamente”, em juízo ou fora dele, assinatura da correspondência mais importante, movimentação da tesouraria e dos fundos do núcleo, além da criação de subnúcleos em cidades do interior²⁵.

De março de 1976 até fins de 1979, uma só pessoa ocupou a presidência do núcleo do MFPA: Nildes Alencar Lima²⁶, irmã do frei dominicano cearense, Tito de Alencar Lima. Pedagoga, dona de uma escola infantil reconhecida pelos métodos de ensino, baseados em Paulo Freire, com uma história de vida ligada à Igreja Católica e à evangelização, participante da Juventude Estudantil Católica (JEC) e Juventude Independente Católica (JIC), afirma nunca ter tido envolvimento político até o convite a liderar o MFPA. Traumatizada pela experiência do irmão, receosa dos riscos a que estaria submetida e da recepção que a família teria sobre a nova atuação, hesitou em aceitar o convite da presidenta nacional do Movimento, com compreensão das razões da escolha de uma política de atuação “segura” para o MFPA:

O meu nome, era um nome, vamos dizer assim, emblemático. E era um nome que não deixava dúvidas, não era uma pessoa de movimentos, de fazer revoluções e essas coisas assim. A indicação do meu nome foi porque, digamos assim, história política eu não tinha. A história era do meu irmão. Eu não tinha história política, eu tinha história na área da educação, tinha uma historinha na área da Igreja, mas eu nunca tinha pertencido a nenhum movimento. (Nildes Alencar)²⁷

Não estar ligada a movimentos de esquerda, não ser explicitamente antiditadura não era o bastante para ser apontada apta para a função. A indicação de presidente de núcleos regionais por Therezinha Zerbini leva em consideração representações de

gênero como estratégia de controle das ações do MFPA, em nível nacional, e da construção de sua imagem diante da sociedade, especialmente dos representantes do regime autoritário. A indicada cumpre requisitos estabelecidos por Zerbini que remetem à moral sexual, senão predominante na década de 70, já que outras condutas femininas estavam surgindo – incluindo a “mulher liberada”²⁸ –, referendada pelo ideário do regime militar e explicitada pela censura a obras artísticas que pudessem “solapar a moral familiar” e a “civilização cristã ocidental”²⁹. Essa moral dividia mulheres em “de família” ou “levianas” e valorizava características como recato, comedimento em gestos e comportamentos, em detrimento da sexualidade liberada, ainda associada a prostitutas:

(...) É lógico que por uma questão de inteligência a gente não ia pôr uma menina de saíinha curta, mascando chiclete para ir falar com um gorila. Não tinha jeito (risos). Eram as que tinham compostura, porque era o próprio nome do Movimento que estava em jogo. Mas a gente se firmou na sociedade, viu? (Therezinha Zerbini).³⁰

Irmã de vítima da repressão, de dimensões políticas nacionais, Nildes encarna a função de “mobilizadora de sentimentos” e quase naturalizada de “protagonista dos ressentimentos”, pela percepção valorativa do papel feminino em sociedade e da consciência familiar profundamente atingida³¹.

Em face das narrativas, ela é caracterizada como pessoa “sensata”, “autêntica”, “religiosa” e “coerente”. Mas a mulher “acima de qualquer suspeita”, no entanto, também se tornou elemento de disputa de memórias no grupo. Tanto “politizadas” como “moderadas” reivindicam maior influência sobre as decisões e conduções da presidenta. Por familiares e apoiadoras, Nildes é vista como quem não cedeu às pressões externas ao Movimento, garantindo a moderação num contexto de pressão e disputa. Para quem desejava extrapolar a luta pela anistia, fazendo do MFPA braço

²⁵MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA – NÚCLEO CEARÁ. Regimento Interno. 11 de agosto de 1976, Fortaleza. Arquivo Francisca Gonçalves Sobrinho.

²⁶Símbolo da resistência, preso pela Operação Oban, em 1970, em São Paulo e barbaramente torturado, registrou em carta, ainda na prisão as torturas a que foi submetido, constituindo um dos documentos mais fortes de denúncia a circular no período, e também da destruição causada pelas sevícias que o levaram ao suicídio na França, em 1974.

²⁷LIMA, Nildes Alencar, 74 anos. Depoimento, novembro de 2006, Fortaleza. Entrevistador: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

²⁸Este modelo começou a ser positivamente veiculado entre setores de classe média dentro da euforia do milagre econômico e referia-se a uma mulher, casada ou não, com poucas preocupações domésticas e muita preocupação com o corpo, aparência física e vida sexual. GOLDBERG, op.cit., p.47.

²⁹ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de & WEIS, Luiz. Carro-Zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: SCHWARCZ, Lília Moritz (org). *História da Vida Privada no Brasil III*: contrastes da intimidade contemporânea. P.319 a 409. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

³⁰ZERBINI, Therezinha Godoy, 80 anos. Depoimento, agosto de 2006, São Paulo. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

³¹BARREIRA, Irllys. Política, memória e espaço público: a via dos sentimentos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 16, n. 16, junho de 2001, p.98.

na luta antiditatorial e sistêmica, é representada como alguém que, apesar das ponderações, apoiava ações mais ousadas:

Eu gostaria de salientar aqui que a presidente Nildes Alencar sempre se posicionava dizendo que a participação dela era realmente ligada à questão sofrida pelo Frei Tito, o irmão. É a linha religiosa dela, de ser crista, ser autêntica. Ela foi também do movimento da Ação Católica, mas ela sempre dizia que não queria enfrentamento com a ditadura mais forte. Foi o posicionamento dela. Entretanto, quando nós tínhamos de decidirmos posicionamento, na prática, de enfrentamento bem maior, ela sempre ficava com o pessoal que estava na minha equipe, que no caso, eu participava. Éramos um grupo de cinco que tínhamos um posicionamento mais forte e que alguns também apoiavam. (Raimunda Zélia)³²

A gente era muito pro lado da Nildes. A gente gostava muito da coerência dela, da condução. Muitas vezes no nosso Movimento tinha pessoas muito loucas, muito ativas. A gente concordava, mas achava que não era o momento. E a Nildes chegava lá. Ela tinha um poder de coerência tão grande que ela sofria muito com isso, com críticas de amigas nossas dizendo que ela era passiva, porque ela era religiosa. Achavam que uma coisa tinha muito a ver com a outra. Mas era coerência mesmo. (Neidja Albuquerque)³³

A opção por Nildes, embora não tenha impedido o desenvolvimento de atividades de caráter mais “ousado”, originados ou não em organizações de esquerda clandestinas por integrantes do MFPA, significou a adoção de certa forma de visibilidade pública - em maior ou menor grau, apropriada pelas integrantes - marcada por jogos de gênero, em que imagens femininas tradicionais, permeadas de valores, recato, seriedade e religiosidade, foram acionadas a fim de construir credibilidade e legitimidade para o Movimento.

Isso não implica que tenha sido a faceta mais constante do Movimento e, mesmo que a presidenta tenha agido guiada pela compreensão do papel das mulheres. Identificam-se situações em que

posicionamentos marcados pelo uso do gênero se tornam mais evidentes, como no estabelecimento de relações diretas com agentes do regime, quando necessário negociar, denunciar e combater arbitrariedades, ou na tentativa de angariar apoio da sociedade civil.

A relação direta com representantes do regime se dava principalmente pela defesa de presos políticos e seus direitos, muitas vezes, desrespeitados, mesmo depois de acordos entre detentos, Justiça Militar e direção do Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS). Nesse momento, familiares tomavam a frente de demandas: melhoria do atendimento médico e pronto atendimento, garantia de condições de trabalho, por exemplo, o artesanato em couro e madeira, além do fim das restrições às visitas de familiares e amigos. Amparadas na Lei de Segurança Nacional, artigo 76, que reconhece aos presos políticos o direito a tratamento sem rigor penitenciário, as mulheres reforçavam suas reivindicações apelando, em abaixo-assinado³⁴, para a denúncia da “implantação, no presídio, de clima de tensão e intranquilidade que alcança inclusive nossos lares”.

Mas apelo e negociação não eram apenas em documentos e petições. Tratava-se de ações de diferenciação de presos e famílias da situação de pessoas detidas por crimes comuns, e possibilidade de divulgação e conquista de solidariedade para a causa da anistia. Ampliação de visitas nos fins de semana, vigílias em igrejas com a presença maciça de mulheres nas greves de fome de presos, celebrações de datas: natal³⁵, ano novo, páscoa, aniversário de morte de Frei Tito, tudo eram estratégias de diferenciação e conquista de credibilidade junto às autoridades militares e penitenciárias:

Fomos criando essas situações de ampliar as visitas, levando tanta gente. Quando chegávamos lá, aquela fila imensa que fica, porque passa pela BR, (...) carro chegando assim... Então dava aquela importância aos meninos lá. Na época em que eles fizeram a greve de fome, a gente fez muita campanha, celebração a manhã inteira na Igreja do Coração de Jesus. Cada vez a gente

³² CARVALHO, Raimunda Zélia Roberto de, 61 anos. Depoimento, agosto de 2004, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

³³ GÓIS, Neidja Miranda de Albuquerque, 52 anos. Depoimento, junho de 2006, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

³⁴ CEARÁ. Abaixo-assinado. 15 de setembro de 1977. Arquivo Francisca Gonçalves Sobrinho.

³⁵ Havia uma preocupação do Movimento em dar publicidade a essas celebrações, inclusive nacionalmente. A realização de comemoração natalina por parte do MFPA-CE, em dezembro de 1976, no Instituto Paulo Sarasate, “com presos políticos e a participação de populares” mereceu registro nacional. Maria Quitéria, jul. 1977, p. 14.

escolhia uma igreja para fazer isso. Até de levar os políticos pra lá, os deputados, os vereadores, tínhamos que fazer esse tipo de trabalho porque tudo isso era estratégico. (...) Nós levávamos esses políticos para lá, até que chegou a vez de levarmos D. Aloísio Lorscheider. Você já imaginou o que era isso? Levar para visitar esses presos políticos e o jornal depois estampar a notícia? Isso era respeitabilidade para o Movimento, o Movimento foi tomando assim uma conotação de seriedade, de mulheres sérias e tal. (Nildes Alencar)³⁶

Estabelecer no espaço de visitas uma alternativa para o cotidiano suprimido pelas prisões, além de garantir o mínimo de conforto psicológico para os presos e familiares – registre-se alguns haviam sido condenados à prisão perpétua – também era forma de salientar que as famílias tinham necessidades comuns de afeto e sociabilidade, apesar da intensa campanha de condenação pública aos chamados “terroristas”³⁷. Os dias de visita eram preenchidos com almoços fartos, pratos prediletos dos maridos, irmãos e filhos, marcados pela comemoração de aniversários, com direito a bolo confeitado, bolas coloridas e fotos de álbuns *sui generis* para a posteridade. Os registros fotográficos de lembranças de famílias de ex-presos políticos, hoje, assim como outros “privilégios” foram frutos de constante negociação e pressão do MFPA, diante de normas de vigilância:

A bagagem das visitantes não era apenas de quitutes e material de higiene pessoal. Livros e jornais eram demandas dos presos nas sacolas. Havia, no entanto, material que pedia mais cuidado e discrição no transporte: documentos e correspondência de dentro para fora e vice-versa. Alimentavam as discussões e decisões dos presos e integrantes do Movimento ou registravam testemunhos e trajetórias de militantes para a posteridade, constituindo documentos históricos. Cabia às mulheres a responsabilidade pela entrada e saída de material “clandestino”, driblando a vigilância:

(...) O que a gente levava era bem aberto, a gente que chegou um ponto em que tínhamos que levar com Agora às vezes, assim, uma carta, uma correspondência, uma coisa, era mais complicado, a gente tinha que levar com um pouco mais de reserva, de cautela. As cartas da Zerbini eu dobrei, botei dentro da minha carteira, que não dava para ser vista, coisas assim. A gente também buscava as formas da gente, né? As estratégias da gente poder também levar alguma coisa a mais. (Josenilde Cunha)³⁸

A forma de descaracterizar suspeitas das familiares e amenizar o clima de tensão era levar as crianças. Certamente não se tratava somente de uma estratégia para diminuir a desconfiança, posto que alguns casais tiveram filhos antes da prisão, ou por trás das grades, sem perspectiva de liberdade. Entrevistas apontam a tentativa de manutenção do equilíbrio emocional de presos e familiares. Torneios de futebol, com direito à torcida, recreação em tanques d'água e aniversários de crianças aconteciam dentro do presídio.

Essas ações também ganham conotação de jogos de gênero, não só pelas mulheres, mas também pelos homens presos que procuram tornar a prisão lugar menos austero e desconfortável para acolher os filhos e outras pessoas, contrariando, dessa forma, a imagem de violentos e perigosos, impingida pela ditadura, e atraíam visitantes mobilizados por outro sentido que não somente o político-tradicional ou a proximidade familiar:

Nunca participei de passeata, nunca fiz panfletagem. Participei de passeata e panfletagem agora. O que eu fiz foi ir ao presídio, levava as meninas, elas eram pequenas, e fizemos uma grande festa uma vez, de Natal, onde todo mundo levou a sua parte. Tinha muita coisa. Era incrível! (...) E também, eu acho que o que me comoveu a ir ao presídio também foi a minha proximidade com a Ana Fonseca. Como eu te disse, ela namorava com o Mário e ela dizia que eles (os presos) tinham muita nostalgia de criança, que era muito bom visitar. Nessa época que eu ia, eles já estavam bem melhor tratados, eles tinham um

³⁶LIMA, Nildes Alencar, 74 anos. Depoimento, novembro de 2006, Fortaleza. Entrevistador: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

³⁷Um episódio é especialmente marcante na história do Ceará e refere-se a prisão de militantes da ALN, em setembro de 1970, após a execução de um justicamento de um comerciante na cidade de São Benedito, zona norte do Estado. Os jornais da época anunciaram a queda do “terror”, publicando as fotos dos “subversivos” e pedindo a ajuda da população para delatar os “inimigos da Pátria”. FARIAS, Airton de. *Além das armas* – guerrilheiros de esquerda no Ceará durante a ditadura militar (1968-1972). Fortaleza: Edições Livro Técnico, 2007, p. 189.

³⁸Ibidem.

pavilhão, tinham feito um tanquezinho coberturazinha de palha, um quiosquezinho, um negócio que as crianças gostavam porque ficavam tomando banho e brincavam. Eles brincavam muito com as crianças. Acho que ainda tenho em algum lugar aí uma bolsinha de couro que eles faziam para as meninas, cada uma com um nomezinho, um desenho. As crianças eram muito bem tratadas, tinha muito aconchego lá, sabe? O que era muito desagradável era você passar por toda aquela revista... E dava também um pouco de receio você levar seus filhos num presídio, né? (Socorro de Paula)³⁹

Estratégias e dribles nem sempre convenciam as autoridades penitenciárias e as conquistas faziam parte do processo com avanços e recuos. É o que pode ser analisado pela leitura de documentos reivindicatórios encaminhados pelo Movimento à Justiça Militar e à direção da Penitenciária que apontam para a ameaça de direitos. Dificuldades diversas foram interpostas para dificultar o acesso de familiares e outros visitantes aos presos⁴⁰.

As visitas de todo fim de semana restringem-se, em meados de 1977, aos sábados, com exigência do porte de identidade especial, emitida pelo presídio, o que impedia o acesso de pessoas do interior e de outros estados, além disso, afugentava os que não queriam os dados cadastrados pelos agentes da repressão política. As minuciosas revistas de visitantes e presos, antes e depois das visitas, constituíam constrangimento e, até mesmo a área interna, com salão, sanitários, alpendres e pátios arborizados, onde se acolhiam as visitas e, especialmente, as crianças, foram substituídas por sala menor e fechada.

As reivindicações do MFPA, pela recuperação dos benefícios ameaçados ou retirados, inscrevem-se na lógica nacional de atuação das mulheres no período. O rompimento do silêncio entre prisões e porões da ditadura, em todo o País, é fenômeno eminentemente feminino. Segundo Grecco⁴¹, a quase totalidade de cartas, petições, ofícios, apelos e gestões, encaminhados à população ou autoridades competentes, é assinada exclusivamente por mulheres. Elas garantiam, assim, a

ligação dos presos com o mundo exterior, além da veiculação de denúncias, o que compreendia situações de alto risco, uma vez que os documentos denunciando atrocidades saíam dos presídios e delegacias de forma clandestina.

As memórias do enfrentamento às arbitrariedades extrapolam, no entanto, o cotidiano do presídio. O contato com a população acontecia com frequência pela necessidade de divulgação do Movimento, da venda de artesanato pelos presos políticos, principalmente, para a coleta de assinaturas de abaixo-assinados em defesa da anistia ou reivindicando melhorias das condições dos presos políticos. Nesse momento, falas “politizadas” mesclavam-se a apelos em que identidades de gênero eram acionadas como poderosas ferramentas de convencimento:

(...) Quando a gente pegava a assinatura de uma pessoa, que a gente descia do palanque, tentava convencer assim, a gente via uma mulher bem simples e dizia: “- Olhe, a senhora tem filhos? Pois olhe, aquela mulher e aquela ali, os filhos delas estão presos lá no IPPS. E sabe porque o filho dela está preso?” (E elas diziam) - É mesmo, aquela mulher que está ali tão ativa? - Pois é, pois sabe porque o filho dela está preso? Porque foi daqueles estudantes que saíram nas passeatas contra o Governo, contra a ditadura”. E, às vezes, a gente não falava nem na ditadura, porque chocava. Contra o governo, contra a exploração, é isso. E ela: “- Pois eu vou assinar”. Entendeu? (risos) Tentávamos convencer as pessoas simples assim. (...) Mas também tínhamos muito apoio dos homens. Os homens gostavam. Eles diziam: “- Minha filha, parabéns! É a segunda vez que eu vejo vocês aqui falando e vocês só falam a verdade”. Era um movimento muito aceito. (Neidja Albuquerque)⁴²

As narrativas tampouco estão restritas ao que contam as familiares. Disputas acirradas não impedem que relatos de jogos de gênero façam parte também das narrativas dos que não têm laços de parentesco com presos políticos, mesmo que não reconhecidos ou rejeitados.

³⁹PAULA, Maria Socorro Braga de, 65 anos. Depoimento, junho de 2006, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

⁴⁰CEARÁ. Abaixo-assinado. 15 de setembro de 1977. Arquivo Francisca Gonçalves Sobrinho.

⁴¹GRECCO, Heloísa Amélia. *Dimensões fundacionais da luta pela anistia*, 2003. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, p.197-198.

⁴²GÓIS, Neidja Miranda de Albuquerque, 52 anos. Depoimento, junho de 2006, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora. Grifo meu.

Um momento é especialmente reconstruído em relatos: o julgamento de 39 militantes do PC do B, nos dias 27 e 28 de abril de 1977, na Auditoria Militar, em Fortaleza. Documentos do MFPA destacam a presença maciça de familiares dos acusados, além de “intelectuais, artistas, religiosos, advogados e donas de casa”⁴³ e falam da “solidariedade” do auditório, presente durante todo o julgamento, por cerca de 20 horas.

Há ações sobre isso, no entanto, não registradas em papel, apenas em memórias reconstituídas de militantes. É o caso do banquete preparado para servir aos réus, durante dois dias, o que envolveu mulheres e crianças. Era um embate silencioso feito por meio de comida e cuidado, apontado como fundamental para a absolvição de 32 dos julgados e para o fortalecimento dos laços afetivos entre os militantes, homens e mulheres, dentro e fora do Movimento:

Quando houve o julgamento aqui dos 39 do PC do B, nós tivemos um papel importantíssimo. Houve o julgamento do Duarte, teve o posicionamento da doutora Wanda. Eles, do Exército, já são todos cheios de si. Imagina na ditadura. Ficavam os presos sendo julgados, os advogados e os familiares. Sim, nós éramos vigiados para entrar no julgamento, éramos revistados. Até por esse processo a gente passava. E o que a gente percebia? Pra eles vinha cafezinho, vinha suco, sabe aquela ostentação? E os daqui, nada. Foi aí que a gente organizou, porque foi um dia e uma noite, parece que o julgamento só saiu no outro dia. Nós fizemos a rigor e a gente ia servir os presos melhor do que eles. Nós fizemos em termos de lanche, em termos de apoio moral e de se manifestar (Raimunda Zélia)⁴⁴

(...) Quando houve o julgamento do pessoal do PC do B, que tinha a presença de José Duarte, que era considerado um verdadeiro mito, um senhor idoso que em todos os momentos afirmava que era comunista, (...) nós botamos nessa época, com as pessoas se identificando, 500 pessoas na Auditoria Militar, onde estava havendo o julgamento. (...) As ligações iam criando essa tessitura mais do que política, afetiva. Quando eu

conheci o José Duarte, eu quase morro

audiência, eu falei tanto em casa (chora e faz uma pausa), e quando eu acordei, minha filha estava fazendo sanduiche para levar para o vovô (chora novamente). (Maria Luíza Fontenele)⁴⁵

Muitas vezes, há dificuldades de narrar os jogos em entrevistas, entre ligar e desligar o gravador. Eles aparecem não como relatos, permeados de ressalvas ou justificativas, mas como coisas só possíveis de serem contadas em conversas informais entre pesquisador e entrevistado. Não se trata de impedir revelação de informações, pois não se pede veto. Na verdade, é como se não fizessem parte da militância real, reforçando, em momentos a manutenção da oposição entre o que pertence ao mundo do público e do privado. O comportamento pode ser observado no encontro com a ex-militante do MFPA, em Tauá e Crateús, Francisca Sobrinho.

Em entrevista gravada, ela limitou-se a falar dos aspectos formais do Movimento e da organização local, mas só revelou aspectos pessoais, medo e enfrentamento, depois de encerrada a entrevista. Em segundo momento, as histórias foram contadas de forma descontraída e episódios de “jogos” foram revelados. É o caso de relatos de transporte de material de panfletagem, de forma clandestina, em constantes viagens de ônibus entre Fortaleza e Crateús, ou sobre o furo ao cerco da Polícia Federal à casa de militante, para alertar os parentes a não prestarem informações comprometedoras. Utilizou, para isso, a justificativa de que estaria levando material de costura para cobrir botões e foi a única liberada a entrar na casa. Cumpriu, assim, sua “tarefa”.

Pela análise de entrevistas e documentação do núcleo do MFPA, as ações políticas do Movimento avançavam com a imbricação de atividades, ora marcadas pelo gênero, ora por atos mais próximos à linguagem da resistência de esquerda, no momento: comemoração do dia da mulher pela Associação Cristã Feminina, viagem a São Paulo pelas liberdades democráticas, em encontro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); livro de ouro ou

⁴³MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA – NÚCLEO CEARÁ. Boletim Informativo, Fortaleza, 1977. Arquivo Francisca Gonçalves Sobrinho, p.7.

⁴⁴CARVALHO, Raimunda Zélia Roberto de, 61 anos. Depoimento, agosto de 2004, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

⁴⁵FONTENELE, Maria Luíza Menezes, 66 anos. Depoimento, junho de 2006, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora. Grifos meus.

rifas para arrecadar dinheiro para as atividades, venda de jornais alternativos; mobilização para compra de geladeira nova para os presos políticos; denúncia de prisões arbitrárias em nota de jornais ou pichações e panfletagens, de madrugada.

Artigo recebido em 20/06/2009 e
aprovado em 25/06/2009.

O sentido dos jogos

No centro da ação política das militantes do MFPA, a instrumentalização do gênero, como artifício de ação política, em “jogos”, mostrou-se essencial para a legitimação social do movimento e para sua atuação em período marcado pela perseguição e tortura de opositores. Mulheres em defesa dos seus ou exercendo sua “natural” generosidade puderam percorrer espaços interditados ou reivindicar direitos suspensos a outros indivíduos, em atuação marcada por avanços e recuos permanentes. Não à toa, a quase totalidade de cartas, petições, ofícios, apelos e gestões, encaminhados à população ou autoridades competentes, nesse período, é assinada exclusivamente por mulheres.

Elas garantiam a ligação dos presos com o mundo exterior, auxiliavam nas discussões políticas destes com suas organizações, tornavam-se portadoras de memórias clandestinas e veiculavam denúncias de abusos e torturas em situações que envolviam alto risco, além de engendrarem seus próprios espaços de discussão. Isso não implicou, no entanto, em liberdade total de ação, pois elas também foram vítimas de vigilância e perseguição de diferentes maneiras.

Discutir, hoje, a utilização consciente ou inconsciente dos jogos de gênero em suas atuações políticas é considerar, necessariamente, uma série de transformações sociais com impacto na vida das mulheres e das relações de gênero, possibilitadas, em grande parte, pelas lutas do movimento feminista e seus desdobramentos. Essas são questões que, inevitavelmente, atuam na composição das memórias, fazendo com que ações passadas sejam revistas ou mesmo negadas. É possível, no entanto, afirmar que, em diferentes graus, as militantes do MFPA, no Ceará, se utilizaram dos jogos de gênero em suas atuações, com diferentes objetivos, o que é dimensionado por narrativas, muitas vezes, contraditórias, e confirmado pela ausência de rupturas mais drásticas com a organização formal do Movimento.